

OPINIÃO

Áreas Protegidas em Rondônia sob ameaça: impactos e soluções para exploração madeireira ilegal no estado

Júlia Niero (*)

A situação em Rondônia é ainda mais grave quando se considera o contexto ambiental atual. O estado enfrenta uma seca extrema, e os efeitos desse fenômeno estão sendo sentidos com força, não apenas pelos ribeirinhos que lutam para encontrar água, mas também pela intensificação das queimadas.

Mais um alerta vermelho se acendeu para quem se dedica e se preocupa com a conservação da Amazônia. Em seu mais recente levantamento, o Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex) revelou um aumento significativo na exploração madeireira sem autorização no estado de Rondônia, de 19% para 37% em um ano, um total de 8.399 hectares de exploração ilegal no período avaliado. Ainda mais preocupante é observar que uma parte significativa ocorreu em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, áreas que deveriam ser protegidas pela legislação brasileira.

Em 2023, do total de 22.706 hectares de exploração madeireira detectada no estado, 23% (1.909 hectares) da exploração ilegal total aconteceu em Terras Indígenas e 16% (1.314 hectares) em Unidades de Conservação, este último teve a exploração 100% concentrada no Parque Nacional do Mapiquari. A área, que já era um ponto crítico em 2022, consolidou-se como a área protegida mais vulnerável do estado quando o assunto é exploração madeireira ilegal.

Este dado é mais do que uma estatística preocupante. Ele reflete uma realidade injusta para os povos indígenas e comunidades tradicionais que habitam esses territórios. Esses grupos dependem diretamente da integridade da floresta para sua sobrevivência física e cultural. A invasão de suas terras para exploração ilegal de madeira não só compromete a biodiversidade, mas também ameaça sua subsistência, sua identidade e seus direitos.

Seca extrema e queimadas agravam a situação em Rondônia

A situação em Rondônia é ainda mais grave quando se considera o contexto ambiental atual. O estado enfrenta uma seca extrema, e os efeitos desse fenômeno estão sendo sentidos com força, não apenas pelos ribeirinhos que lutam para encontrar água, mas também pela intensificação das queimadas. Entre janeiro e agosto de 2024, Rondônia registrou mais de 5,5 mil focos de incêndio, um número que só foi superado em 2019. A capital, Porto Velho, liderou por semanas os piores índices de qualidade do ar do país, tomada por uma densa fumaça proveniente dessas queimadas.

Esse cenário de seca e fogo, além de agravar a devastação ambiental, cria um ambiente propício para a exploração madeireira ilegal. A combinação de florestas secas, falta de fiscalização adequada devido à emergência e as atividades criminosas na extração de

madeira coloca ainda mais pressão sobre as áreas protegidas. O decreto de emergência no estado, que permite uma ação mais coordenada dos órgãos estaduais e municipais, precisa ser acompanhado por medidas específicas para combater a exploração ilegal, que se aproveita da vulnerabilidade dessas regiões.

Legalidade florestal

A Rede Simex, formada pelo Imaflora, Imazon, ICV e Idesam, desempenha um papel fundamental no monitoramento das atividades madeireiras ilegais na Amazônia. Por meio do uso de geotecnologias avançadas e imagens de satélite, desde 2021 é possível identificar e mapear as áreas onde a exploração não autorizada está ocorrendo, permitindo que as autoridades tomem as medidas necessárias para conter esses crimes ambientais.

No entanto, a tecnologia sozinha não é suficiente. É preciso que haja uma combinação de esforços: políticas públicas robustas, fiscalização contínua e, principalmente, a aplicação rigorosa da lei. A iniciativa de legalidade florestal, promovida pelo Imaflora, busca justamente fortalecer esses aspectos, oferecendo ferramentas e informações que possam ser utilizadas por governos, empresas e sociedade civil para garantir que a exploração dos recursos naturais ocorra de maneira sustentável e dentro da legislação.

Para enfrentar esse problema, precisamos de uma abordagem multifacetada. Primeiro, é preciso intensificar as ações de fiscalização nas áreas protegidas e municípios mais afetados, utilizando os dados gerados pelo Simex para direcionar essas operações de forma mais eficaz. Além disso, é fundamental fortalecer as comunidades locais, garantindo que tenham os meios para proteger suas terras e seus direitos.

Um chamado à ação

Os dados do Simex 2023 são um chamado à ação. A legalidade precisa ser a base de toda atividade madeireira, e aqueles que violam essa premissa devem ser responsabilizados de forma exemplar, mas para que isso aconteça, são necessários o apoio e o engajamento de toda a sociedade. A Amazônia é um patrimônio de todos nós, e sua conservação é fundamental para o futuro não só do Brasil, mas do planeta.

Neste momento crítico, onde a seca, as queimadas e a exploração ilegal de madeira convergem para criar uma tempestade perfeita de devastação, é imperativo que todos – governos, organizações, comunidades e indivíduos – unam esforços para proteger o a floresta amazônica. A atuação coordenada, o fortalecimento da legalidade e a proteção das áreas mais vulneráveis são os passos essenciais para garantir que Rondônia e toda a Amazônia possam continuar a sustentar a vida em sua rica biodiversidade e em suas comunidades tradicionais.

Para saber mais sobre os resultados do Simex, acesse: <https://www.imaflora.org/noticia/exploracao-madeireira-nao-autorizada-em-rondonia-aumenta-em-2023-cresce-pressao-sob-areas-protegidas>

(*) Analista de Certificação e Geotecnologias do Imaflora.

Conheça a importância de insumo na dieta dos ruminantes durante a estiagem

Uso de culturas forrageiras para alimentação do gado é fundamental para maior produtividade por área e menor consumo de energia nos sistemas de produção

A escolha do volumoso complementar na dieta de ruminantes durante o período da estiagem deve levar em consideração diversos fatores para que o produtor possa equacionar a viabilidade econômica, custo estimado das opções e lucro obtido. O uso do insumo se faz necessário durante o período seco por causa da baixa produção de forragens; limitação na capacidade de suporte das áreas de pastagens e manejo adotado devido à estacionalidade de produção de forragens, fatores que limitam o potencial de produção do rebanho e o ajuste de estoque de animais nas pastagens pela produção mínima.

“Forragens conservadas têm como objetivo fundamental aproveitar o excesso produtivo no período chuvoso e armazenar para a época crítica, mantendo suas qualidades nutritivas para serem fornecidas no cocho como volumoso complementar no período de escassez. Dentre as principais formas de conservação de forragem temos os fenos, silagens e pré-secados”, explica o zootecnista e consultor técnico da Connan, Lucas Barbosa Kondratovich.

O feno, por ser um alimento com baixa umidade, conservado em fardos, bem compactados, reduz o armazenamento e facilita o manuseio. “Deve ser protegido de chuvas para que possa ser conservado por longos períodos. A escolha da forragem utilizada é crucial para atender as necessidades produtivas e qualitativas”, enfatiza o consultor.

Segundo ele, o ponto de corte da forragem é um fator de atenção para que se obtenha um balanço entre boa produção de forragem e valor nutritivo. É possível produzir de 5 a 10 t/ha de matéria seca, com teores de proteína bruta de 6 a 20%. “Na fenação, a forragem é desidratada de tal forma que permanece biologicamente inativa com respeito a atividade enzimática da planta e dos microrganismos. A forragem deve ser enfardada somente quando estiver com menos de 20% de umidade, pois do contrário permitirá o desenvolvimento de microrganismos que comprometem a qualidade do feno.”

Já as silagens são forragens úmidas, conservadas em ambiente anaeróbico (sem entrada de oxigênio). Kondratovich explica que, durante o processo de fermentação, parte dos açúcares da forragem é convertido em ácidos graxos de cadeia curta, principalmente os ácidos láctico e acético, que baixam o pH e permitem conservar a forragem por longo tempo, podendo ser armazenado em um ano e utilizado em outro. “Pode se ensilar desde de plantas inteiras até grãos úmidos. A produção e valores nutritivos variam muito de acordo com a escolha da planta: milho, capim, sorgo, entre outros.”

O teor de umidade deve ser entre 60 e 70%, média de 65%. “É importante triturar bem o material a ser ensilado em partículas de 0,5 a 5,0 cm de comprimento, compactar e vedar bem para diminuir a presença de oxigênio. A produtividade e qualidade variam muito por espécie forrageira, podendo atingir de 10 a 40t MS/ha, e teor de proteína bruta entre 6 e 14%”, acrescenta o consultor.

Por fim, o pré-secado é uma silagem



que antes de ser armazenada sofre perda de água para permitir fermentação. Essa diminuição da água ocorre no campo, onde o material pode ficar em exposição ao sol algumas horas após o corte. Uma vez atingida a concentração de matéria seca próximo a 45%, pode ser enfardado e plastificado para que não ocorra a penetração de água e mesmo oxigênio.

Qual escolher?

“Para que essa escolha seja a mais vantajosa ao produtor, é preciso oferecer, de forma comparativa, opções agrícolas para equacionar a disponibilidade de forragem na propriedade”, explica o gerente Comercial da Connan, Robson Leite.

Segundo ele, entre os aspectos que devem ser abordados para a melhor escolha estão: a viabilidade agrônômica; custo estimado das diferentes opções e respectivos aspectos ambientais referentes à produção de forragens e simulação de lucro sobre custo alimentar em sistemas de confinamento com diferentes volumosos.

Além de serem utilizados em sistema de confinamento, os volumosos suplementares podem ser usados em todas as fases produtivas do sistema pecuário, como, por exemplo, no sequestro de vacas e/ou bezerras. “As principais utilizações desses volumosos ocorrem no período da seca, onde a disponibilidade e qualidade do capim é prejudicada, assim, complementar a dieta dos animais com fonte de volumoso se torna desejável”, afirma Leite.

Ao suplementar o volumoso no sequestro de vacas, os níveis nutricionais necessários para que se mantenham as condições corporais e bom desempenho produtivo e reprodutivo são mais facilmente atingidos. Da mesma forma, para o sequestro de bezerras, a suplementação de volumoso durante o período seco se torna vantajosa para um ótimo desempenho desses animais na recria, tendo um crescimento desejável e atingindo peso adequado, seja para a terminação ou para a reprodução, rapidamente.

“Além de auxiliar na produtividade durante a seca, o sequestro desses animais auxilia na redução de taxa de lotação nas demais áreas de pasto da propriedade, liberando capim para que as demais categorias também possam desempenhar bem, sem prejudicar a pastagem nesse período desafiador”, acrescenta Kondratovich.



Do ponto de vista de produtividade agrônômica, segundo estudo apresentado na Revista Brasileira de Zootecnia, a cultura de cana-de-açúcar destaca-se com maior rendimento por unidade de produto animal e de receita líquida por área explorada, bem como sua competitividade em custo por unidade de massa seca e de nutriente contido. “Na simulação de engorda confinada, a receita líquida sobre o custo alimentar da arroba foi 19,75% superior e no caso da produção de leite, 7,48% maior que aquelas apontadas para a silagem de milho”, afirma o gerente comercial.

Nesse estudo, as silagens de capins tropicais, embora apresentassem elevada produtividade, tiveram alto custo de matéria seca e nutrientes, decorrente das perdas importantes no processo de conservação e dos custos dos conjuntos mecanizados utilizados nas operações de colheita, transporte e compactação. “A decisão final pelo volumoso mais interessante deverá considerar situações específicas, tendo a função de otimização das características do sistema adotado”, pontua Leite.

Ele salienta que é importante explorar ao máximo o potencial da forrageira que a propriedade resolver adotar como volumoso suplementar e observar os ganhos de eficiência na capacidade de colheita e conservação de forragens de alta produtividade.

Efeitos do ambiente

A escolha do volumoso suplementar frente aos desafios ambientais é um assunto em crescente evidência, uma vez que o uso eficiente da energia pelos setores da agricultura é uma das condições para se garantir a sustentabilidade. Atualmente, a preocupação mundial com as mudanças climáticas do planeta tem aumentado, em função principalmente da emissão de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases de efeito estufa (GEE), como o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O).

Promover a comparação de culturas forrageiras para fins de suplementação de animais é uma função estratégica e fundamental para a exploração de maior produtividade por área e menor consumo de energia nos sistemas de produção. A cultura de cana-de-açúcar vem sistematicamente assumindo posição de destaque nesse sentido; mas ainda existem poucos trabalhos científicos nessa área.

“O balanço energético das dietas onde essas forragens são incluídas aponta para vantagens na obtenção de maior valor nutritivo nesses volumosos e reitera o interesse pelas boas práticas agrônômicas e de conservação, frequentemente justificadas pela redução do custo unitário do nutriente veiculado. A decisão final pelo volumoso mais interessante remete às considerações integradas de competência agrônômica, zootécnica e ambiental, revelando diversas opções de ótimo para situações específicas, sobrepondo-se a solução única e generalista, caracterizando-se como sistema-dependente”, finaliza Leite.